MEDIDA PROVISÓRIA Nº 725, DE 11 DE MAIO DE 2016

Altera a Lei nº. 11.076, de 30 de dezembro de 2004, que dispõe sobre o Certificado de Depósito Agropecuário - CDA, o **Warrant** Agropecuário - WA, o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio - CDCA, a Letra de Crédito do Agronegócio - LCA e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA, e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 23.
.....

§ 1º Os títulos de crédito de que trata este artigo são vinculados a direitos creditórios originários de negócios realizados entre produtores rurais, ou suas cooperativas, e terceiros, inclusive financiamentos ou empréstimos, relacionados com a produção, a comercialização, o beneficiamento ou a industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária.

§ 2º Os bancos cooperativos de crédito integrantes de sistemas cooperativos de crédito constituídos nos termos da Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009, podem utilizar, como lastro de LCA de sua emissão, título de crédito representativo de repasse interfinanceiro realizado em favor de cooperativa singular de crédito do sistema, quando a totalidade dos recursos se destinar a apenas uma operação de crédito rural, observado que:

I - ambos os títulos devem observar idênticas datas de liquidação, indicar sua mútua vinculação e fazer referência ao cumprimento das condições estabelecidas neste artigo; e

II - o instrumento representativo da operação de crédito rural deve ser dado em garantia ao banco cooperativo repassador.” (NR)

“Art. 24.

§ 1º O CDCA é de emissão exclusiva de cooperativas de produtores rurais e de outras pessoas jurídicas que exerçam a atividade de comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos e insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na produção agropecuária.

§ 2º Considera-se crédito rural a aquisição, pelas instituições financeiras autorizadas a operar nessa modalidade de crédito, de CDCA emitido com lastro integral em títulos representativos de direitos creditórios enquadráveis no crédito rural.

§ 3º O disposto no § 2º fica sujeito às condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional em função do disposto no art. 21 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965.” (NR)

“Art. 25

§ 4º O CDCA pode ser emitido com cláusula de correção pela variação cambial desde que:

I - integralmente lastreado em títulos representativos de direitos creditórios com cláusula de correção na mesma moeda, na forma estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional;

II - negociado, exclusivamente, com investidores não residentes nos termos da legislação e regulamentação em vigor; e

III - observadas as demais condições a serem estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.” (NR)

“Art. 37

§ 3º O CRA pode ser emitido com cláusula de correção pela variação cambial desde que:

I - integralmente lastreado em títulos representativos de direitos creditórios com cláusula de correção na mesma moeda, na forma estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional;

II - negociado, exclusivamente, com investidores não residentes nos termos da legislação e regulamentação em vigor; e

III - observadas as demais condições a serem estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.” (NR)

2004: Art. 2º Ficam revogados os seguintes dispositivos da Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de

I - o parágrafo único do art. 23; e

II - o parágrafo único do art. 24.

Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de maio de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

Brasília, 3 de Março de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência a Medida Provisória em anexo, no intuito de alterar a Lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996, que dispõe sobre a remuneração dos membros dos conselhos de administração e fiscal das empresas públicas e das sociedades de economia mista federais, bem como das demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União e dá outras providências.
2. A Constituição Federal de 1988, em seu art. 173, § 1º, inciso II, dispõe que as empresas estatais se sujeitam ao “ao regime jurídico próprio das empresas privadas”. Na mesma linha, o Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, em seu art. 27, parágrafo único, assegura às estatais federais “condições de funcionamento idênticas às do setor privado”.
3. No setor privado, as empresas são regidas pelo Código Civil (Lei nº10.406, de 10 de janeiro de 2002), que prevê duas formas jurídicas principais: sociedade limitada e sociedade anônima. Todas as sociedades anônimas, privadas ou não, são reguladas pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que, em seu art. 235, obriga as sociedades de economia mista a seguirem integralmente o funcionamento nela previsto, “sem prejuízo das disposições especiais de lei federal”.
4. Nesses termos, a Lei nº 6.404, de 1976, permite que lei federal crie regras de funcionamento específicas para as empresas estatais, a exemplo da Lei nº 9.292, de 1996, cujo art. 1º impõe limite remuneratório aos membros dos conselhos de administração e fiscal das entidades que menciona e veda a participação nos lucros da entidade.
5. Essa restrição difere da regra prevista para o setor privado, pois a Lei nº 6.404, de 1976, em seus arts. 121, 152 e 162, § 3º, prevê que a Assembleia Geral é soberada para fixar a remuneração dos conselheiros de administração e fiscal, observado apenas parâmetro mínimo para os fiscais, podendo inclusive atribuir remuneração variável aos conselheiros.
6. No caso específico das empresas de capital aberto, expostas a uma dinâmica concorrencial diferenciada, a restrição remuneratória prejudica a contratação de conselheiros independentes e profissionalizados, que é prática consolidada de governança corporativa.
7. Assim, no intuito de aproximar as empresas estatais listadas em bolsa das suas congêneres privadas, propõe-se que a remuneração de seus conselheiros de administração e fiscal seja fixada pela Assembleia Geral.
8. A razão que justifica a urgência é a iminência do período de realização de assembleia geral ordinária das empresas, momento no qual se aprova a remuneração dos seus dirigentes; inclusive conselheiros.

9. Estas são as razões, Senhora Presidenta, que justificam submetemos a proposta aqui tratada à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Nelson Henrique Barbosa Filho

Mensagem nº 249

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 62 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 725, de 11 de maio de 2016, que “Altera a Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, que dispõe sobre o Certificado de Depósito Agropecuário - CDA, o Warrant Agropecuário - WA, o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio - CDCA, a Letra de Crédito do Agronegócio - LCA e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA, e dá outras providências”.

Brasília, 11 de maio de 2016.

Aviso nº 283 - C. Civil.

Em 11 de maio de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Medida Provisória

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 725, de 11 de maio de 2016, que “Altera a Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, que dispõe sobre o Certificado de Depósito Agropecuário - CDA, o Warrant Agropecuário - WA, o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio - CDCA, a Letra de Crédito do Agronegócio - LCA e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA, e dá outras providências”.

Atenciosamente,

EVA MARIA CELLA DAL CHIAVON
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República, substituta